

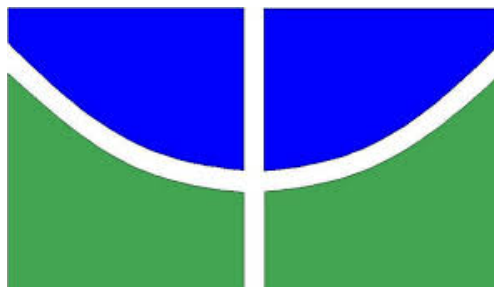
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAYANNE REIS FONTENELE

**A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL ACERCA DA INDISCIPLINA ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA
NAS SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Brasília

2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAYANNE REIS FONTENELE

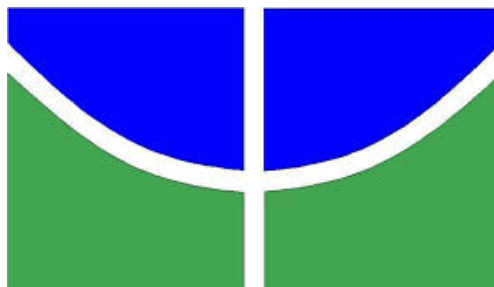
**A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL ACERCA DA INDISCIPLINA ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA
NAS SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, submetido à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza

Brasília

2016



Monografia de autoria de Rayanne Reis Fontenele, intitulada A concepção dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental acerca da indisciplina escolar e sua influência nas suas práticas pedagógicas, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade de Brasília, em 29 de dezembro de 2016, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinalada:

Professora Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Dra. Solange Alves de Oliveira Mendes
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Especialista Valeria Vieira Ramos
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Brasília
Dezembro de 2016

Dedico este trabalho a Deus e a todos aqueles que, de alguma forma, me ajudaram durante minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força em toda a minha trajetória de vida e, principalmente, durante minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao meu pai por todo o apoio emocional, financeiro e por me fazer entender, desde muito cedo, que a educação é o melhor caminho para um futuro melhor.

Agradeço a minha orientadora Maria Emília Gonzaga de Souza por todas as críticas construtivas, pelo auxílio durante meu estágio obrigatório e durante a realização deste trabalho.

Agradeço, também, a todos os professores e colegas que, de alguma maneira, me ajudaram durante a minha formação.

A todos vocês, muito obrigada!

Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender o entendimento de professores dos anos iniciais do ensino fundamental a respeito da indisciplina escolar e a influência na sua prática pedagógica. Trabalho ancorado em autores como: Aquino (1996), Boarini (2013), Garcia (2009), entre outros. A pesquisa tem uma metodologia de caráter qualitativo. Para a coleta de dados, o instrumento utilizado foi um questionário com 10 perguntas, encaminhado a 8 docentes que atuam em turmas de 1º a 5º ano de uma escola pública da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal. Com a realização da pesquisa foi constatado que os docentes indagados possuem uma visão fragmentada sobre a indisciplina, vista como causada pela família. Além disso, verificou-se que a principal ação docente em situações de indisciplina se dirige aos pais/responsáveis dos alunos.

Palavras-chave: Indisciplina. Escola. Professor. Aluno.

SUMÁRIO

MEMORIAL EDUCATIVO.....	9
INTRODUÇÃO	13
1. ESTADO DA ARTE	15
1.1 Representações dos professores sobre indisciplina escolar	15
1.2 A (in) disciplina escolar nas perspectivas de Piaget, Winnicott e Vygotsky	16
1.3 Indisciplina escolar: Uma construção coletiva	18
1.4 Representação social da indisciplina escolar	18
1.5 Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura?	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 Concepção de indisciplina – Histórico	21
2.2 Agentes e fatores de indisciplina escolar	26
2.3 Práticas pedagógicas em relação à indisciplina.....	29
2.4 Indisciplina escolar, avaliação informal dos professores e desempenho escolar	32
3. METODOLOGIA	35
3.1 Tipo de pesquisa.....	35
3.2 Sujeitos e espaço da pesquisa	35
3.3 Coleta de dados	36
3.4 Descrição da escola.....	36
4. ANÁLISE DE DADOS	38
4.1 Processo de coleta de dados	38
4.2 Dados coletados e analisados	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	50
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE.....	53

MEMORIAL EDUCATIVO

Iniciei minha vida escolar aos seis anos de idade em uma escola localizada no Riacho Fundo I. Este fato é bem curioso porque eu não morava nesta cidade. Morava, nesta época, em Águas Lindas de Goiás, entorno do Distrito Federal, um local infinitamente distante da escola. Estudei lá porque minha mãe trabalhava como empregada doméstica no Riacho Fundo e já que ela não tinha como me deixar sozinha, me levou para viver na casa de uma colega dela que ficava próxima ao seu local de trabalho, apenas de segunda a sexta. Por isso, ficava somente durante o fim de semana em casa. Outro fator decisivo na escolha de uma escola localizada no Riacho Fundo I foi a qualidade, pois as escolas do entorno nessa época possuíam menos qualidade se comparadas as escolas do DF. Eu estudei por lá aos seis e sete anos, até me mudar para Samambaia Norte.

Comecei a estudar na turma da pré-escola, no ano de 2001, e minha professora era uma senhora idosa chamada Maria José. Gostaria muito de me lembrar dela, mas infelizmente só consigo recordar de poucos acontecimentos deste período da minha vida. No primeiro dia de aula, cheguei ao colégio com minha mãe. Não esbocei nenhuma reação, que eu me lembre, no momento da temida separação entre mãe e filha, apenas entrei na sala e minha mãe foi embora.

Este primeiro ano escolar foi fundamental para mim, é claro. Um mundo completamente diferente estava a minha disposição para ser explorado e apreciado. Desde então, na maior parte dos momentos de trajetória escolar o tenho amado e talvez, este seja o maior dos motivos por ter optado seguir a docência. O cheiro do mimeógrafo, do giz de cera, dos dias de chuva na escola; sentir um contato emocional com pessoas que até pouco tempo eram desconhecidas para mim; estar inserida em uma nova rotina, com regras, filas, festividades, momentos especiais; aprender novas coisas a cada dia: estas são as maiores lembranças desse começo.

Na vida, nem tudo são flores, obviamente. Também sofri muito na escola. No início, sofri meu primeiro bullying ao ser chamada de “baleia” pelos meus colegas, tive o dedo preso na porta pela diretora da escola que não havia me visto, enfim várias outras situações.

Em 2002, mudei de escola, mas continuei na mesma cidade. Fui para a 1ª série e comecei a sentir o peso de ser estudante, pois foi a partir desse ano que comecei a ser alfabetizada. Minha professora se chamava Maria Lázara. Logo nos

primeiros dias de aula deste período, sofri uma grande injustiça. Uma de minhas colegas afirmou a professora que eu dei um tapa em sua cara. Como castigo, fiquei sem recreio e isolada dentro de sala de aula, sem ninguém vigiando. Foi uma injustiça porque não bati em ninguém e era a vítima da história, pois a menina que me acusou puxou meu cabelo. Infelizmente, a postura da professora foi muito prejudicial ao ouvir apenas um dos lados da história e ao me punir por algo que não fiz. Ao longo deste ano, recordo-me o quanto esta professora era chata, pois ninguém podia se levantar sem permissão. As atividades, principalmente as de Língua Portuguesa, eram baseadas na memorização e cópia intensiva de textos escolhidos a dedo por ela. Somente durante as atividades recreativas que tínhamos um pouco mais de liberdade para fazer o que queríamos.

Em 2003, aconteceu uma grande mudança. Mudei-me para Samambaia Norte e, conseqüentemente, também tive que mudar de escola que passou a ser a Escola Classe 410 de Samambaia, onde cursei a 2^a, 3^a e 4^a série. Durante a 2^a série, tive uma professora mais liberal, chamada Nilda. O espaço da sala de aula era diferenciado com carteiras separadas por grupos de seis e com um cantinho para a leitura, cheio de almofadas. Esta professora passava atividades que exploravam nosso potencial criativo, por meio de teatro, criação de histórias e músicas. Mantinha sempre contato com os pais/responsáveis. Poucas eram as vezes em que algum aluno fazia algo “errado”.

Na 3^a série, em 2004, tive uma péssima professora e que se chamava Katiane. Ela era extremamente controladora. Controlava a nossa recreação, nossas conversas, nossas tarefas e deveres de casa. Este é o ano escolar que, na minha opinião, foi um dos piores porque não recordo nenhum momento feliz e proveitoso no qual as opiniões e aprendizagens dos alunos fossem consideradas. O que lembro são apenas das filas, das atividades cansativas, baseadas nas cópias e nas repostas prontas. Na 4^a série, no ano de 2005, pelo contrário, tive uma professora super legal. Juciane tinha um jeito tradicional de dar aulas. Sempre que saía de sala deixava algum aluno responsável por anotar os nomes dos alunos bagunceiros. O aluno escolhido era sempre o mais comportado da turma. Eis que um dia fui escolhida para isso, o que não foi muito legal, porque fiquei com o ego inflado e meus colegas começaram a me odiar.

A partir de 2006, passei a estudar no Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia. Esse momento de passagem dos Anos Iniciais para os Anos Finais foi

um pouco desconfortável e chocante. O ritmo desta escola era muito diferente da escola anterior. A grande quantidade de professores e os trabalhos que se acumulavam foi algo que eu tive de me adaptar progressivamente. Apesar de ficar assustada, sempre fui uma aluna exemplar, na concepção dos professores. Minhas notas sempre foram acima da média e jamais tive uma reprovação nos anos em que fiquei por lá.

Em todos os anos que estudei nesta escola, aconteceram casos críticos memoráveis de indisciplina. Tive colegas resmungões e questionadores das regras (atitude vista como errada pela escola e docentes), as quais os professores jamais faziam menção. O comportamento de muitos atrapalhava o andamento das aulas e só fazia aumentar a admiração dos professores pelos alunos quietos, nos quais eu estava incluída. Coisas que não aconteciam nas escolas anteriores, como pedir aos alunos se retirarem de sala, retirar nota de comportamento, entre outras, passaram a ser rotina.

Nesse período escolar, aprendi que, para ser considerada uma aluna comportada, deveria obedecer exatamente tudo o que os professores mandavam. Por conta do medo de ser punida, já passei sentada em uma cadeira, e calada, por horas seguidas, sem ao menos pedir para ir ao banheiro, beber água, etc. Tudo isso somado a atividades cansativas, como copiar do quadro textos e tarefas extensas, só aumentava a exaustão que sentia no final das aulas. Por meio do controle, os professores conseguiam manter a conduta apenas daqueles alunos que eram mais resistentes.

Em 2010, fui para o Ensino Médio, no Centro de Ensino Médio 414 de Samambaia. Durante os três anos em que estudei por lá, senti o peso de novas responsabilidades. As matérias se tornaram mais complexas e numerosas. E, ainda por cima, houve uma grande cobrança para que eu me preparasse para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Programa de Avaliação Seriada (Pas) e do Vestibular. A cada ano pelo qual passei, notei que o meu comportamento e de parte dos meus colegas foi se tornando mais maduro e adequado. Mesmo assim, existiram muitos alunos indisciplinados que chegaram a ser expulsos da escola por conta de brigas sérias e o desrespeito com os professores e também por depredação dos banheiros da escola.

Entrar para UnB era algo que nem imaginava. Foi somente no 3º ano do ensino médio que obtive maiores informações a respeito das formas de ingresso.

Mesmo sabendo que poderia conseguir passar nas provas do Pas e do Vestibular, eu não tinha certeza sobre o meu futuro na UnB porque me sentia muito incapaz e inferior aos meus colegas, que nesta época estudavam também em cursinhos preparatórios, enquanto que eu apenas estudava na escola, pois não tinha condições financeiras para pagar cursinho algum. Por conta da falta de informação, fiz apenas duas etapas do Pas onde tentei passar para Pedagogia. Em 2012, fiz o Enem e nele obtive uma nota razoável. Graças a ele, pude tentar pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em 2013, algumas vagas no ensino superior privado e no Instituto Federal de Brasília. Mesmo conseguindo uma vaga em Gestão Pública no IFB de Brasília, eu não fiquei muito feliz com a notícia.

Durante o período do fim do ensino médio e em alguns meses de 2013, enfrentei uma grande depressão por conta da ansiedade e da necessidade de cursar o ensino superior. Cheguei a perder até 10 quilos. Foi muito angustiante passar por um momento como este até que consegui encontrar uma luz no fim no túnel ao saber, por conta própria, que poderia entrar na UnB por meio da nota do Enem nas vagas remanescentes. Assim que soube da notícia, me inscrevi para concorrer a uma vaga em Pedagogia e, dentro de poucos dias, fui convocada na 1ª chamada.

Depois de enfrentar o processo da matrícula, cada momento na UnB foi algo novo e fruto de estranhamento. Sendo a primeira da família a fazer um curso superior, não sabia como funcionava absolutamente nada a respeito. Encontrar a Faculdade de Educação, as salas de aula, a secretaria do curso e entender o sistema de créditos e de pontuação, foram alguns dos desafios que encontrei no início do meu percurso como aluna.

Estudar Pedagogia foi algo que não me satisfazia por completo no início. Felizmente, no decorrer do curso fui, pouco a pouco, conquistando amor pela docência. Isto graças ao estágio obrigatório, que me oportunizou estar em contato com as crianças e sentir a responsabilidade de ser, de fato, professora, ainda que por um curto período de tempo.

Ao fazer o estágio obrigatório numa escola de educação infantil, senti que não conseguia fazer com que as crianças me obedecessem da mesma maneira que faziam com a professora regente da turma. As outras professoras desta escola, assim como eu, também enfrentavam dificuldades em manter a disciplina em suas turmas. E foi somente a partir destas observações e das vivências do estágio que decidi abordar a temática da indisciplina escolar.

INTRODUÇÃO

A indisciplina escolar é uma problemática que esteve presente em toda a minha trajetória escolar e na de muitas outras pessoas também. Apesar de sempre ter estudado em escolas públicas, tive conhecimento de que os casos de indisciplina também acontecem em escolas privadas.

Na maioria das vezes, os alunos “indisciplinados” das turmas as quais fiz parte eram aqueles com baixo rendimento escolar, conversadores, inquietos, desinteressados nas atividades, desrespeitosos com colegas e professores, agressivos (fisicamente e verbalmente) e, apenas brincalhões. E, eu, sempre fui a garota obediente, a aluna correta, um modelo a ser seguido. O que ninguém nunca soube era que eu tinha uma camuflada admiração por estes colegas que, ao contrário de mim, tinham coragem de ser quem são apesar das consequências: as punições-surpresa dadas por professores e direção da escola.

Foi somente durante a minha formação de pedagoga que passei a ter contato com as situações escolares, sob outra perspectiva. Quando pude reger uma turma de Educação Infantil durante o estágio obrigatório, me senti completamente incapaz de controlar o comportamento das crianças. Elas não entendiam que deveriam me obedecer. E, eu com minha pouca experiência docente não tinha a experiência prática e o aparato teórico necessário para lidar com a indisciplina dos alunos.

Além disso, essas situações foram decisivas em minha escolha pelo tema da indisciplina escolar, em um período no qual estava bastante desorientada quanto ao tema que iria escolher para o trabalho de conclusão de curso. Esta questão, pouco tratada dentro do curso de Pedagogia tem relação profunda com a prática pedagógica exercida pelos professores e que, mesmo perpassando as esferas público e privada das escolas há um longo período de tempo, não tem merecido as devidas considerações.

Em virtude de a indisciplina ser atualmente um dos maiores desafios para professores da Educação Básica, ser um fenômeno complexo e fruto de múltiplas interpretações, o presente trabalho tem como principal objetivo compreender o entendimento de professores de uma escola pública a respeito da indisciplina e a influência para sua prática pedagógica.

Para tanto, serão contempladas as seguintes questões: Quais são as

diferentes concepções de indisciplina? Quais os fatores/agentes promotores da indisciplina? Quais as práticas dos professores em relação a situações de indisciplina? Existe relação entre a indisciplina escolar e o desempenho escolar? Qual a influência da indisciplina na avaliação informal dos professores?

A partir destes questionamentos, este trabalho tem os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as diferentes concepções de indisciplina;
- Identificar os fatores/agentes promotores de indisciplina;
- Analisar a prática dos professores em relação a indisciplina;
- Verificar se há influência da indisciplina no desempenho escolar;
- Compreender a influência da indisciplina na avaliação informal.

A monografia divide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo tem-se o estado da arte no qual cinco estudos sobre a indisciplina escolar são apresentados. No segundo capítulo, há o referencial teórico. No terceiro capítulo, a metodologia utilizada. E no quarto capítulo, faço a análise dos dados obtidos com a coleta de dados.

1. ESTADO DA ARTE

Sendo a indisciplina uma problemática presente há várias décadas dentro do cerne escolar, vários estudos e pesquisas foram feitas com o objetivo de entendê-la. A partir disso, pesquisei sites confiáveis, entre eles o Scielo e bibliotecas de universidades brasileiras e das encontradas foram escolhidas cinco pesquisas cujas idéias relacionam-se com o assunto e que serão apresentadas a seguir:

1.1 Representações dos professores sobre indisciplina escolar

O primeiro artigo tem como título “Representações dos professores sobre indisciplina escolar”, é de autoria de Joe Garcia, Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Tuiuti do Paraná (UTP) e foi publicado em 2009. Neste estudo o autor analisa um conjunto três representações dos professores sobre indisciplina escolar e as implicações das mesmas para as práticas pedagógicas, a partir de uma investigação textual de um conjunto de estudos desenvolvidos juntamente a docentes da Educação Básica.

A primeira representação selecionada pelo autor considera a indisciplina como um modo de comportamento exercido pelo aluno, sendo este o sujeito responsável pelos possíveis problemas disciplinares em sala de aula. Esta representação implicaria, por parte do professor, um papel simplificado de intervenção somente sobre os alunos indisciplinados. Ao aluno, restaria apenas estar sujeito a ser trabalhado, modificado ou controlado pelo seu professor.

A segunda representação considera a indisciplina como algo que surge no contexto das relações entre os sujeitos que atuam em sala de aula. Portanto, a indisciplina, nesta perspectiva, não pode ser vista como algo separado das relações que se desenrolam em sala de aula. Relações estas nas quais os próprios professores se encontram imersos e que podem ser modificadas a partir de mudanças nas suas dinâmicas e na sua qualidade. Nesta perspectiva, não existe um responsável pela indisciplina e, diferentemente da primeira representação, nesta existe a inclusão do professor como possível responsável numa situação indisciplinar.

A terceira representação sugere que a indisciplina seria algo socialmente

construído nas escolas e, portanto, intrinsecamente relacionada à natureza e à função social da escola bem como aos processos de transformação histórica e cultural que a influenciam. Portanto, nesta perspectiva para que se modifiquem situações de indisciplina, seria necessário um trabalho pedagógico que proporcionasse uma transformação cultural dentro da própria escola.

Garcia (2009) conclui que as representações dos docentes sobre a indisciplina, provenientes do contato destes com a mesma, são capazes de transformar suas visões quanto a diversos aspectos da sua prática pedagógica, de afetar suas relações com o conhecimento e implicam sobre suas decisões sobre o currículo escolar. Conclui também que os estudos sobre a indisciplina podem trazer um entendimento mais profundo de determinadas práticas pedagógicas exercidas nas escolas.

1.2 A (in) disciplina escolar nas perspectivas de Piaget, Winnicott e Vygotsky

O segundo artigo, "A (in) disciplina escolar nas perspectivas de Piaget, Winnicott e Vygotsky", produzido pelas mestrandas: Célia Godoy, Glaucy Abdon, Ivanil Correa Lopes, Lilian Cássia Bacich Martins, Silvia Regina Gramstrup, Wedja Oliveira Leal; e pela Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), Marisa Irene Siqueira Castanho. Tal estudo foi produzido a partir da disciplina Fundamentos Psicossociais do Desenvolvimento Humano, do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Marcos, em São Paulo, no ano de 2005. Tem como objetivo discutir a indisciplina escolar pela ótica do desenvolvimento humano a partir das teorias de Piaget, Winnicott e Vygotsky, cujas visões de homem e mundo são distintas, e encontrar contribuições destes para o enfrentamento da indisciplina no âmbito escolar.

Para analisar a indisciplina escolar sob a perspectiva de Piaget, as autoras consideram a concepção do autor a respeito do desenvolvimento da moralidade. Para que se considere um ato disciplinado ou não, é necessário entender a natureza das regras que conduzem o grupo ao qual o sujeito faz parte e entender a maneira como elas foram estabelecidas. Para Piaget, o desenvolvimento do juízo moral e da conscientização de regras, uma conquista do desenvolvimento das estruturas cognitivas na criança, se dá através de três etapas: anomia – etapa de ausência desconhecimento e falta de necessidade de regras -, heteronomia – etapa em que a

criança percebe a existência das regras através de um adulto - e autonomia – etapa em que a criança distingue o certo do errado, a partir de sua moral interna.

Para Winnicott, o homem é compreendido na relação que mantém com o ambiente. Apesar de não encontrar em Winnicott qualquer referência a questão da indisciplina escolar, as autoras encontraram em sua Teoria do amadurecimento conceitos relevantes e que podem fornecer contribuições aos docentes em seu entendimento e enfrentamento. São eles: agressividade, privação/ deprivação, tendência anti-social e espaço potencial. Em síntese, a agressividade de uma criança, compreendida como sua força motriz e inata, pode se transformar destrutividade e gerar uma tendência anti-social, caso a criança sofra de privação ou deprivação no primeiro ambiente com o qual se relaciona. A partir destes conceitos, elas interpretam os atos de indisciplina como um pedido de socorro demonstrado em uma tendência anti-social na qual a criança espera receber um limite por parte de uma autoridade externa, seja ela os pais ou o professor. E enxergam a escola como um ambiente favorável a espaços potenciais, nos quais a criança possa utilizar sua agressividade de forma positiva.

Para Vygotsky, o homem é um ser social e histórico, que se constitui como tal a partir da sua relação com o outro e com a cultura historicamente acumulada, mediada pela linguagem. Sendo assim, de acordo com esta perspectiva, a indisciplina escolar deriva de um processo com as pessoas e outros componentes da cultura da qual os indivíduos fazem parte.

A partir deste artigo, as autoras pretenderam compreender a indisciplina escolar como parte do desenvolvimento humano e como um fenômeno complexo, que se constitui nas relações sociais e que está em um constante processo de reconstrução.

1.3 Indisciplina escolar: Uma construção coletiva

O terceiro artigo, “Indisciplina escolar: uma construção coletiva”, de Maria Lucia Boarini, Doutora em Psicologia. Seu objetivo é tecer reflexões sobre a indisciplina escolar, que mesmo sendo uma expressão particular, revela o que ocorre na esfera coletiva.

A autora afirma que o comportamento indisciplinado do aluno delinea-se como mais um dos temores presentes nas escolas de ensino fundamental e médio e que, há décadas, vem tomando novas e preocupantes proporções, cujas discussões

a respeito ultrapassam os limites escolares e alcança a imprensa comum. Também afirma que a indisciplina escolar é um fenômeno sem nacionalidade, endereço ou classe social, não só porque existem inúmeros exemplos divulgados pela imprensa comum como também é possível perceber isso no dia a dia das escolas.

Quando se questiona como pais, professores e alunos definem, explicam e propõem-se resolver a questão da indisciplina escolar, geralmente as explicações e soluções encontradas sustentam-se em fatos isolados e descontextualizados historicamente e socialmente, e responsabiliza-se a escola, a família ou a sociedade pelos casos de indisciplina.

A partir disso, Boarini (2013) vai desmistificando explicações do tipo “atualmente, as crianças e jovens não tem limites”, “a família é desestruturada”, “a indisciplina ocorre porque o professor não faz da escola uma extensão do lar”, entre outras, argumentando que tais discursos devem considerar a família, a escola e o aluno, mas que não devem enxergá-los como aspectos que existem isoladamente e sim como aspectos que se encontram articulados dentro da sociedade.

Sendo a indisciplina um conceito de construção coletiva, são as normas estabelecidas pela família, pela escola ou pela sociedade, que atribuem o significado do comportamento disciplinado ou indisciplinado. Mais do que um comportamento exclusivo do aluno, este pode estar indicando a insatisfação com o modelo escolar atual que se encontra incapaz de cumprir sua função social e até mesmo de acompanhar o seu tempo histórico, a era digital.

Por fim, a autora conclui que a indisciplina, mais do que uma reação comportamental de um aluno, é também um indicativo de existe a insatisfação dentro do ambiente escolar. E que os educadores e todos aqueles envolvidos com a educação devem ter o compromisso desafiador de exercitar a disciplina no cotidiano da sala de aula todos os dias como parte de seu trabalho.

1.4 Representação social da indisciplina escolar

O quarto artigo, “Representação social da indisciplina escolar”, elaborado por Adriano Charles Ferreira, Edvanderson Ramalho dos Santos e Ademir José Rosso, estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tal estudo analisa os comentários de 414 professores sobre a indisciplina escolar em duas redes sociais, por meio do software ALCESTE, e tem o aporte teórico-metodológico das Representações Sociais e da perspectiva moral discutida por Piaget. Busca também

compreender sua manifestação e as discussões acerca do tema.

Os autores fizeram das redes sociais um instrumento de pesquisa porque acreditam que elas oferecem oportunidades para investigar as representações sociais dos grupos participantes e consegue abarcar um maior número de sujeitos na pesquisa. As redes sociais escolhidas foram os sites: da Revista Educação Pública, que faz parte do Centro de Ciências e Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ), e do portal Planeta Educação.

Ambos continham comentários e textos relacionados à indisciplina. Os 414 comentários retirados destes sites foram submetidos a uma análise lexicográfica das informações através do programa ALCESTE, que repartiu o corpus em três classes: problemas disciplinares encontrados no cotidiano docente, em sala de aula; causas extraescolares para a indisciplina; ações coercitivas para reprimir a indisciplina.

A partir da pesquisa foram encontradas duas representações sociais distintas acerca da indisciplina. Uma, dominante, de natureza causal e compreendida como heterônoma e externa ao ambiente escolar E outra de natureza relacional, que considera os agentes e causas que a produzem. Quanto aos enfrentamentos, de acordo a primeira representação social, a indisciplina só pode ser resolvida caso haja a participação da família ou a transformação da sociedade. Já, de acordo com a segunda representação social, sociedade, família e escola necessitam atuar juntas pela transformação dos problemas educacionais.

1.5 Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura?

O quinto artigo, “Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura?”, foi produzido por Rosilene Beatriz Lopes, Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília, e Candido Alberto Gomes, Doutor em Educação (Phd), pela University of California, Los Angeles. Tem como objetivos discutir o tema indisciplina/disciplina, por meio de investigação seletiva de literatura em que são abordadas diferentes correntes pedagógicas, e oferecer algumas sugestões de intervenção e gestão para a sala de aula.

De acordo com os autores, a disciplina configura-se como um termo marcado pela polissemia e que vem, ao longo do tempo, assumindo diversas significações (punição, instrumento de punição, obediência a regra, entre outras) e que, de acordo com o grupo social, se apresenta em diferentes especificidades (familiar, religiosa,

militar, entre outras). Já a indisciplina, oposto da disciplina, apresenta no contexto escolar múltiplas abordagens. Até os anos 70, para as abordagens psicológicas, a indisciplina era centrada no aluno. Mas, a partir das últimas décadas, o conceito de indisciplina se amplia e passa a ser multicausal, compreendida apenas através da consideração de diversos outros fatores (vida escolar do aluno, família, sociedade, escola, entre outros).

Lopes e Gomes (2012) também demonstram que a indisciplina foi concebida de maneiras diferentes pelas variadas correntes pedagógicas existentes, atendendo coerentemente os pressupostos e objetivos das mesmas. Fazem uso de três quadros que explicam e demonstram as diferentes concepções de disciplina/indisciplina bem como as práticas pedagógicas, as intervenções disciplinares e os defensores das correntes tradicional e da educação nova; da educação socialista; da pedagogia institucional e da pedagogia não-diretiva. Tudo isso para ilustrar a transição que estes conceitos sofreram ao longo do tempo, inicialmente sendo algo imposto até que se tornou cada vez mais autônomo e comunitário.

Outro aspecto importante no estudo é o papel dado ao professor como profissional responsável pelas situações de indisciplina. Destaca-se que os tipos de sala de aula existentes estão diretamente relacionados às características dos professores, sejam elas regidas pela anomia, heteronomia ou autonomia. Ao professor é atribuído o dever de desenvolver competências necessárias para a gestão da sala de aula que rumem à autonomia e ao uso de ações preventivas. Técnicas de gestão da sala de aula que propiciam a aprendizagem são sugeridas.

Outros aspectos como a presença de práticas pedagógicas dinâmicas, a criação de equipes permanentes de intervenção e resolução de problemas, a criação de espaços deliberativos, a construção de um currículo significativo e contextualizado, também são vistos pelos autores como estratégias autônomas, dialógicas, emancipatórias e cooperativas que contribuem para evitar a indisciplina em sala de aula.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Concepção de indisciplina - Histórico

A indisciplina escolar não é um fenômeno novo. Atualmente, se constitui como um dos alvos de reclamações por parte dos professores sejam eles recém-formados ou experientes, por atrapalhar o processo de ensino-aprendizagem, além de ser fonte de stress e preocupação constantes. Segundo Aquino (1998) a indisciplina, juntamente com o baixo aproveitamento dos alunos, representam os dois grandes males da escola contemporânea, sendo responsáveis pelo fracasso escolar e constituindo-se como um obstáculo para o trabalho docente.

Por ser algo complexo, não é estranho que também tenha sido alvo de diversos enfoques por parte vários teóricos. Apesar da existência da multiplicidade de ideias e interpretações existentes acerca desta temática, conhecê-las constitui-se de fundamental importância para que os professores reflitam suas práticas já que estas são norteadas pelas concepções que os mesmos têm a respeito da indisciplina escolar e que, assemelham-se as concepções elaboradas pelo vários autores.

Para que se entenda o conceito de indisciplina, convém entender o que seja disciplina. Este conceito, por sua vez, tem assumido “ao longo do tempo diferentes significações: punição, instrumento de punição, direção moral, regra de conduta para fazer reinar a ordem numa coletividade; obediência a essa regra”. (ESTRELA, 2002 apud LOPES; GOMES, 2012, p. 264) Significações estas que mudam de acordo com o contexto social e com o período histórico vigente.

De acordo com o minidicionário da língua portuguesa Aurélio, disciplina significa

- 1) Regime de ordem imposta ou mesmo consentida; 2) Ordem que convém ao bom funcionamento de uma boa organização;
- 3) Relações de subordinação do aluno ao mestre; 4) Submissão a um regulamento; 5) Qualquer ramo do conhecimento; 6) Matéria de ensino. (FERREIRA, 2000, p. 239)

O mais interessante é que, em um dos significados do conceito de disciplina, já se encontra relacionada a dimensão escolar. Então, se considerarmos a indisciplina escolar como o oposto da disciplina, teremos de acordo com esta lógica de pensamento, a indisciplina escolar como sendo “as relações de insubordinações do aluno ao mestre”. Ou seja, já se supõe que qualquer comportamento do aluno

que confronte a de seu mestre pode ser considerado como um ato indisciplinado.

Sob outra perspectiva temos a disciplina entendida como um comportamento regido por um conjunto de normas. Neste sentido, a indisciplina em si “(...) poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra as normas; 2) o desconhecimento delas.” (TAILLE, 1996, p. 10)

Sendo a sociedade, constantemente regida por regras, leis, decretos, normas, com o objetivo de conduzir as condutas, não é estranho que se encontre dentro dos diversos grupos sociais coisa semelhante. A escola, então, como reflexo da sociedade também possui suas próprias regras. Vichessi (2009) entende a indisciplina escolar como sendo a transgressão de dois tipos de regra: as regras de tipo moral e as regras de tipo convencional. As regras de tipo moral são aquelas que são construídas socialmente baseadas em princípios éticos, valendo para todas as escolas e situações. Por sua vez, as regras de tipo convencional são aquelas que são definidas por um grupo com objetivos específicos, isto é, constituem-se como normas próprias de cada instituição escolar.

Lajonquière (1996) entende a indisciplina escolar como um conceito que assume variabilidade. O simples ato de um aluno não querer emprestar a borracha ao colega ou não falar quando foi solicitado pelo professor pode se constituir como ato indisciplinado. Neste caso, o aluno é classificado como indisciplinado ou não, a partir de um molde de uma criança institucionalmente idealizada.

Por sua vez, Amado (apud Lopes e Gomes, 2012), distingue a indisciplina em três diferentes níveis, relacionados ao ano de escolaridade (anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, respectivamente) e a faixa etária dos alunos. São eles: 1) o desvio das regras de produção da aula – incluem comportamentos contrários as regras referentes ao espaço e comunicação; 2) conflitos entre os pares: expressos por agressões físicas, verbais e danos materiais - incluem-se também os comportamentos que são adversos ao professor; 3) agressões a professores: insultos, contestações.

Assim como o conceito de indisciplina fora fruto de diversas transformações, as práticas disciplinares também sofreram modificações com o passar do tempo. O *Ratio Studiorum*, elaborado no século XVI com o objetivo de organizar os colégios da Companhia de Jesus, possui diversas orientações que incluem os conteúdos a serem ensinados, a metodologia a ser aplicada e os encargos de cada grupo hierárquico do colégio. Este documento também demonstra as práticas disciplinares

deste período histórico. Nele, duas seções tratam detalhadamente da temática disciplinar: “Regras comuns aos professores das classes inferiores” e “Regras dos alunos externos da Companhia”.

Regras comuns aos professores das classes inferiores

[...]

39. Cuidado da disciplina – Nada mantém tanto a disciplina quanto a observância das regras. O principal cuidado do professor seja, portanto, que os alunos não só observem tudo quanto se encontra nas suas regras, mas sigam todas as prescrições relativas aos estudos: o que obterá melhor com a esperança da honra e da recompensa e temor da desonra do que por meio de castigos físicos.

40. Modo de castigar – Não seja precipitado no castigar nem demasiado no inquirir; dissimule de preferência quando puder sem prejuízo de ninguém; não só inflija nenhum castigo físico (este é o ofício do corretor) mas abstenha-se de qualquer injúria, por palavras ou atos não chame ninguém senão pelo seu nome ou cognome; por vezes é útil em lugar do castigo acrescentar algum trabalho literário além do exercício de cada dia; ao Prefeito deixe os castigos mais severos ou menos costumados, sobretudo por faltas cometidas fora da aula, como a ele remeta os que se recusam aceitar os castigos físicos principalmente se forem mais crescidos.

[...]

Regras dos alunos externos da Companhia

[...]

7. Recurso ao corretor – Entendam que, em tudo quanto se refere ao estudo e à disciplina, se forem ineficiente as ordens e os avisos, recorrerão os Professores ao corretor para puni-los. Os que recusarem aceitar [...] o castigo, ou não derem esperança de emenda ou incomodaremos colegas e com seu exemplo lhes forem prejudiciais, saibam que serão despedidos dos nossos colégios.

8. Obediência - Obedeçam todos aos seus professores e, tanto nas aulas como em casa, observem com toda a diligência o método de estudo por eles prescrito.

[...]

10. Tranquilidade e silêncio – Nas aulas não vão de um para outro lado; mas fique cada um no seu lugar, modesto e silencioso, atento a si e aos seus trabalhos. Sem licença do Professor não saiam da aula.

(Em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_jesuitico/ratio%20studiorum.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.)

Temos no Ratio Studiorum uma prática disciplinar baseada em regras, castigos, punições físicas e correções, conduzidas em situações indisciplinadas pelas hierarquias superiores (professores, prefeitos e corretores). Temos aí práticas

que ainda acontecem atualmente quando outras instâncias da escolar (como por exemplo, a direção) se incumbem de providenciar as suspensões, advertências, expulsões, entre outras punições, aos alunos que não comportam conforme o esperado pela escola. Atualmente, é costume escutar discursos de pessoas saudosistas que insistem em afirmar que a escola de “antigamente” era muito melhor que a escola atual. Apesar disso, as mesmas parecem carregar certo rancor dos castigos sofridos em sala de aula e administrados por seus mestres que incluem desde o uso da palmatória até o isolamento em um canto da sala.

Como exemplo de prática disciplinar de um passado não tão distante, temos o trecho de um texto chamado *Recommendações Disciplinares*, de 1922, início do século XX:

Os alumnos se devem apresentar na escola minutos antes das 10 horas, conservando-se em ordem no corredor da entrada, para dahi descerem ao pateo onde entoarão o cântico.

Formados dois a dois dirigir-se-hão depois ás suas classe acompanhados das respectivas professoras que exigirão delles se conservem em silêncio e entrem nas salas com calma, sem deslocar as carteiras.

Deverão andar sempre sem arrastar os pés, convindo que façam em terça, evitando assim o balançar dos braços e movimentos desordenados do corpo.

Em classe a disciplina deverá ser severa:

- os alumnos manterão entre si silêncio absoluto;
- não poderá estar de pé mais de um alumno;
- a distribuição do material deverá ser rápida e sem desordem;
- não deverão ser atirados ao chão papeis ou quaesquer cousas que prejudiquem o asseio da sala;
- sempre que se retire da sala, a turma a deixará na mais perfeita ordem.

No recreio a disciplina é ainda necessária para que elle se torne agradável aos alumnos bem comportados:

- deverão os alumnos se entregar a palestras ou a diversões que não produzam grande alarido;
- deverão merecer atenção especial os alumnos que se excederem em algazarras com prejuízo da tranquillidade dos demais;
- serão retirados do recreio ou soffrerão a pena necessária os alumnos que gritarem fizerem correrias, damnificarem as plantas ou prejudicarem o asseio do pateo com papeis, cascas de fructas, etc.;
- deverão os alumnos no fim do recreio formar com calma sem correrias, pois que o toque da campainha é dado com antecedência necessária.

Deverão os alunos lavar as mãos e tomar água no pavimento em que funcionar a classe a que pertençam.

Não poderão tomar água nas mãos; a escola fornece copos aos alunos que não trazem o de seu uso.

Deverão ter todo o cuidado para não molhar o chão, ainda mesmo juncto ás pias e talhas.

Ao findarem os trabalhos do dia, cada classe seguirá em forma e em silencio até a escada da entrada, e só descida esta, se dispersarão os alumnos. (MORAES, 1922, p. 9-10 apud BRAUNE apud AQUINO, 1996, p. 42, grifo do autor)

Este trecho ilustra fielmente a forma com a qual a disciplina era entendida pela instituição escolar na época. A disciplina, voltada para as correções dos comportamentos dos alunos, apoiava-se no controle e na ordenação do corpo e da fala. Privilegiavam o silêncio e o esquadrinhamento dos movimentos corporais. Temos claramente uma visão tradicional pedagógica na qual existe a figura do professor, como detentor do saber e do poder sobre os alunos, e a figura do aluno, que deve obedecer e subordinar-se ao seu mestre, não de forma respeitosa, mas sim através do medo. Infelizmente, esse tipo de pensamento tradicional e fechado de se compreender as questões disciplinares ainda existe em nossas escolas, nos dias atuais.

Hoje também existem documentos e tratados que determinam o que é proibido e permitido nas instituições escolares, como por exemplo, os famosos combinados e os regimentos escolares. Os trechos a seguir fazem parte de um conjunto de regras que foram entregues em formato impresso para alunos dos anos finais do ensino fundamental de uma escola do Distrito Federal, elaborado neste ano, em 2016:

[...]

7) A saída de sala de aula para beber água ou ir ao banheiro deverá ocorrer nos 2º e 5º horários com a autorização do professor regente. Caso haja uma necessidade maior por parte de alguns alunos em sair de sala nos demais horários o professor regente julgará pertinente ou não para autorizar a saída. Em períodos de seca haverá flexibilidade para a saída de sala.

[...]

13) Respeite a opinião dos colegas em sala de aula e saiba ouvir as dúvidas do outro. Não agrida verbalmente, ou seja, não fale palavrões, ofenda o colega com apelidos desagradáveis e não autorizados por ele e ainda, não pratique bullying ou agressões físicas com os colegas e/ou professores;

[...]

20) Seja responsável pela sua vida acadêmica. Por isso, valorize o tempo que está na escola sendo participativo, evite conversas paralelas desnecessárias (aquelas que atrapalham o andamento da aula), brincadeiras desagradáveis. Cumpra com as tarefas escolares tanto na escola quanto em casa: procure auxílio do seu professor para sanar as dúvidas e progredir na aprendizagem. O seu esforço é a semente do seu resultado.

Apesar de não fazer nenhuma referência a castigos corporais ou punições severas, este regimento em muito se assemelha aos documentos de épocas anteriores. Isto porque, não foi redigido e formulado conjuntamente com os alunos. Isso vai totalmente contra com o que a escola contemporânea tanto privilegia: a democracia. Quando professores e gestores impõem uma série de regras que desconsideram as vontades dos alunos, sem antes ter existido um debate, uma reflexão e um consenso a respeito, é evidente que ainda persiste o autoritarismo.

2.2 Agentes e fatores de indisciplina escolar

Assim como é possível encontrar diversas interpretações e significados para a indisciplina escolar, também é provável que existam diversas opiniões a respeito dos agentes e fatores que podem promover a indisciplina escolar. Quando se questiona como pais, professores e alunos definem, explicam e propõem-se resolver a questão da indisciplina escolar, geralmente as explicações e soluções encontradas sustentam-se em fatos isolados e descontextualizados histórica e socialmente, e responsabiliza-se a escola, a família ou a sociedade pelos casos de indisciplina dos alunos. (BOARINI, 2013)

Aquino (1998) apresenta três hipóteses explicativas que justificam a indisciplina escolar. A primeira hipótese diz que os alunos são menos respeitadores do que os alunos de épocas anteriores porque a escola atual é mais permissiva e menos rigorosa. A segunda hipótese diz que os alunos não possuem limites, não reconhecem a autoridade e não respeitam as regras porque possuem pais muito permissivos. A terceira hipótese diz que a sala de aula não é atrativa para os alunos quanto aos outros meios de comunicação, por isso os mesmos ficam apáticos e sem interesse pela escola.

Este autor acredita que tais hipóteses explicativas da questão disciplinar usualmente reiteram preconceitos e não se sustentam por completo, por que: se

apóiam em evidências equivocadas e em alguns pseudo-conceitos (moralização deficitária por parte dos pais, conhecimento escolar ultrapassado, visão romântica da educação do passado); isolam a indisciplina como um problema anterior e individual do aluno; e não consideram a sala de aula, a relação professor-aluno e as questões estritamente pedagógicas.

Lajonquière (1996, p. 26) também acredita nas múltiplas causas da indisciplina escolar

[...] quando perguntamos especificamente sobre as causas da indisciplina escolar, obtemos como resposta a enunciação da clássica série de fatores biológicos familiares e sociais que, embora minutos antes tenham sido apresentados como responsáveis pelos problemas de aprendizagem, são também considerados, direta ou indiretamente, determinantes do grau de maturação das capacidades do indivíduo.

Já Aquino (1996) distingue dois olhares distintos sobre a temática da indisciplina escolar e que atribuem a ela diferentes causas: o olhar sócio-histórico e o olhar psicológico. Segundo o olhar sócio-histórico, a gênese da indisciplina não reside na figura do aluno, mas numa rejeição operada por uma escola arcaica e que não preparada para um novo sujeito histórico, com outras demandas e valores.

Agora, conforme o olhar psicológico, a indisciplina escolar é “um sintoma de relações familiares desagregadoras, incapazes de realizar a contento sua parcela no trabalho educacional das crianças” (AQUINO, 1996, p.45-46), já que o aluno, para reconhecer a autoridade externa do professor, dependeria de uma infra-estrutura psicológica moral, anterior à escolarização e de responsabilidade da família. “De ambos os modos, a indisciplina apresenta-se como sintoma de relações descontínuas e conflitantes entre o espaço escolar e as outras instituições sociais”. (AQUINO, 1996, p. 48)

Além dos agentes/fatores citados anteriormente (família, aluno, escola, entre outros), uma possível causa para indisciplina escolar é a atuação docente. Existem aqueles que consideram o professor como principal responsável por disciplinar os estudantes, por se firmar como autoridade perante os alunos, por dominar conteúdos e estratégias eficientes, por motivar o aluno.

Segundo Garcia (2009), as representações que os professores têm acerca da indisciplina escolar afetam diretamente suas práticas pedagógicas. A partir de uma investigação textual de um conjunto de estudos desenvolvidos com docentes da

Educação Básica, o autor chega a um total de três distintas representações que atribuem diferentes causas da gênese da indisciplina e, que, conseqüentemente, conduzem as diferentes maneiras com as quais os professores agem em situações de indisciplina.

A primeira representação diz que o aluno é o principal responsável pela indisciplina e nele deve centrar-se a intervenção pedagógica. A segunda representação diz que a indisciplina surge a partir das relações desenvolvidas em sala de aula e, portanto, vários indivíduos, sejam eles alunos ou professores, se incluem como possíveis responsáveis pela indisciplina. E, por sua vez, a terceira representação diz que a indisciplina seria algo socialmente construído nas escolas, sendo importante um trabalho pedagógico que proporcione uma transformação cultural dentro da instituição escolar.

Quando se investiga a respeito das causas da indisciplina, convém não apenas interrogar pais e professores. A opinião dos alunos pode contribuir em muitos sentidos com novos entendimentos e com novas formas mais eficientes e integradas de resolver a questão. Do ponto de vista de um aluno indisciplinado, os motivos da indisciplina podem ser diferentes daqueles defendidos por outros.

Com bastante frequência, dirigem suas críticas ao sistema escolar. Reclamam não somente do autoritarismo ainda tão presente nas relações escolares, mas também da qualidade das aulas, da maneira que os horários e os espaços são organizados, do pouco tempo de recreio, da quantidade de matérias incompreensíveis, pouco significativas e desinteressantes, da aspereza de determinado professor, do espontaneísmo de outro, da falta de clareza dos educadores, das aulas monótonas, da obrigação de permanecerem horas sentados, da escassez de materiais e propostas desafiadoras, da ausência de regras claras, etc. (REGO, 1996, p.90)

Boarini (2013, p. 126) tece uma consideração interessante a respeito da multiplicidade de discursos que afirmam que a indisciplina escolar existe porque as crianças não têm limites, os pais são muito permissivos, a família é “desestruturada”, o professor não possui competência necessária ou não possui autoridade, entre outros. A autora afirma que tais discursos e aspectos são importantes para o entendimento do fenômeno, mas devem ser vistos em sua totalidade, como aspectos que estão articulados dentro da sociedade.

O que não podemos perder de vista é que a escola, a família e o aluno não existem isoladamente. Fazem parte de uma sociedade e de um período da história que não devem ser desconsiderados. Por essa razão, em nosso entender, não há como discutir essa questão sem uma leitura do que vem

ocorrendo na sociedade em que a escola, a família e todos nós vivemos sem priorizar este ou aquele aspecto, mas entendê-los na articulação em que germina o comportamento em debate.

2.3 Práticas pedagógicas em relação à indisciplina

Sendo a indisciplina escolar um dos principais problemas e desafios para a prática docente, é necessário que os professores apropriem-se dos conhecimentos e as competências necessárias para compreender o fenômeno e intervir de forma a beneficiar a todos. Apesar de a indisciplina ser uma temática complexa e fruto de diversas causas, existem alguns recursos propostos por manuais, revistas e estudos para que professores possam solucionar as questões disciplinares em espaço escolar. Moço e Gurgel (2009), por exemplo, em uma reportagem sobre a temática, apresenta um total de sete soluções para que se conduza tal problema. As soluções dadas são as seguintes:

- Distinguir as regras morais das convencionais e discuti-las: as regras morais (não mentir, por exemplo), que se trata de preceitos inegociáveis, devem merecer mais atenção por parte do professor do que as regras de tipo convencional (não usar boné, por exemplo), que estão mais ligadas ao andamento do trabalho pedagógico, são negociáveis e não afetam necessariamente o processo de ensino e aprendizagem.

- Equilibrar de maneira justa sua reação a um problema: é preciso avaliar a real gravidade da transgressão as regras, dosar a atitude perante a indisciplina e pautar-se em ações transparentes e convictas nos conflitos encontrados no ambiente escolar.

- Conquistar autoridade com o saber e o respeito ao aluno: é necessário que o professor não tenha atitudes retrógradas e autoritárias, que só geram submissão e revolta por parte dos alunos. O professor deve garantir a aprendizagem por meio do planejamento das aulas, da diversificação da metodologia e ministrar os conteúdos de forma segura. Além disso, o mesmo deve analisar o seu próprio comportamento perante os alunos e deve estabelecer relações de respeito com eles.

- Ter como objetivo construir um ambiente cooperativo: no qual os alunos tenham voz, sejam respeitados e aprendam a respeitar a todos. O professor deve exercer a figura de autoridade moral e intelectual que permita aos alunos um amplo

espaço para que procurem juntos as soluções para os conflitos por meio da negociação, do respeito mútuo, da reciprocidade e de acordo com os princípios de justiça.

- Agir na hora certa e sempre com calma: é preciso que o professor chame a atenção do aluno indisciplinado de forma respeitosa e mostrando que a atitude dele prejudica a todos.

- Ficar alerta porque a indisciplina nunca acaba: por conta do contínuo movimento escolar com chegada de novos professores e alunos novos, vindos de outros lugares, a todo o momento, é importante que a equipe escolar esteja sempre atenta e capacitada para encarar os diferentes casos de indisciplina que podem vir a acontecer.

- Incentivar e respeitar a autonomia do aluno: é necessário entender os problemas de comportamento dos alunos podem indicar ao professor que determinadas regras são desnecessárias ou inúteis. As regras, portanto, devem ser colocadas com a convicção de que os alunos possam gerenciá-las de forma autônoma.

As soluções apresentadas podem até, em certa medida, ajudar professores em alguns casos de indisciplina, por serem universais. Porém, elas apenas resolvem a indisciplina quando ela é causada por questões inerentes somente a escola e a própria prática dos professores. Questões pessoais, familiares e sociais que podem originar a indisciplina escolar estão excluídas. Além disso, não existe sequer alguma menção a construção democrática de regras dentro do espaço escolar.

Uma questão importante para a compreensão do fenômeno da indisciplina escolar é o entendimento do nível de desenvolvimento moral dos alunos. Piaget em sua obra *O Juízo Moral na Criança* (1932), um dos estudos pioneiros na área da psicologia da moralidade, assinala a existência de um caminho psicogenético no desenvolvimento do juízo moral e que passa por três fases distintas e separadas por faixa etária.

Lepre (1999) explica muito bem estas fases: a anomia (de 0 a 5/6 anos) – onde a criança não tem consciência das regras age guiando-se pelos impulsos motores e de forma egocêntrica - ; a heteronomia (de 6 a 9 anos) – onde a criança passa a perceber a existência das regras, vistas por elas como algo imutável, dadas por uma autoridade suprema (pais, familiares, professores, entre outros), mas nem

sempre seguem a risca tais regras e passa também a se interessar por atividades em grupo, sendo uma julgadora severa do comportamento dos outros, menos de si mesma - ; e a autonomia (de 10/11 anos em diante) – onde a criança percebe-se como legisladora e passa a entender que as regras surgem de um acordo mútuo entre os sujeitos, isto é, ela apresenta a partir desta fase características opostas à fase anterior.

Desta forma, é importante que seja oferecida as crianças, desde a tenra idade, a oportunidade de estabelecer relações qualitativas nos vários ambientes com os quais elas interagem, sobretudo no ambiente familiar, primeiro espaço de socialização, e depois na escola, onde a criança se insere em amplos espaços de convivência nos quais as regras também são importantes. O diálogo permanente entre pais/responsáveis e professores, portanto, se constitui como uma ferramenta necessária para que ocorra o pleno desenvolvimento moral de forma contínua.

Ao compreender tais processos de desenvolvimento moral de seus alunos, os professores passam a ter um conhecimento relevante para conduzir suas práticas pedagógicas, que visem encaminhar todos a fase autônoma, garantida por meio de relações recíprocas e respeitadas. Caso haja o contrário, isto é, se o professor oportunize aos alunos apenas relações coercitivas e autoritárias, é possível que os mesmos permaneçam condicionados a fase heterônoma de desenvolvimento moral. Desta forma, os alunos ficarão submissos a imposição das regras por uma autoridade autoritária e farão pouco caso das normas impostas a elas.

Esse nível de desenvolvimento ideal de autonomia moral dificilmente poderá ser alcançado por sujeitos que vivam constantemente em ambientes de coação e respeito unilateral, uma vez que esse tipo de relação é irreduzível à moral do bem. Somente poderão construí-la lentamente (como possibilidade) os indivíduos que tenham oportunidade de estabelecer relações interindividuais com base na cooperação, na reciprocidade e no respeito mútuo. (ARAÚJO, 1996, p. 110)

Felizmente, é possível que os professores consigam a partir de suas práticas em sala de aula oportunizar o desenvolvimento moral daqueles alunos que, porventura, não tenham adquirido uma autonomia moral, por meio da cooperação, da reciprocidade e do respeito mútuo. Passos (1996, p. 118) entende que o ato pedagógico, sendo o momento de construção do saber, não precisa ser algo silenciado, que reduz o professor a condição “daquele que ensina” e reduz o aluno a condição de “sujeito que aprende”. Para ela, o ato pedagógico deve ser o oposto.

Deve ser então, “o momento de emergir das falas, do movimento, da rebeldia, da oposição, da ânsia de descobrir e construir juntos, professores e alunos”.

A autora defende que as relações autoritárias e hierárquicas nas quais se inserem os alunos, criam indivíduos dóceis, dependentes, incapazes de crescerem como sujeitos auto-suficientes e auto-motivados, o que impede que os mesmos exercitem sua criatividade, o seu raciocínio e que amadureçam em suas relações. Por isso, a mesma considera que as práticas pedagógicas em sala de aula devem ser tratadas no âmbito de uma pedagogia crítica cuja pretensão é

[...] repensar como as nossas escolas podem se constituir em espaços onde a cultura e as experiências dos alunos e dos professores (seus modos de sentir e ver o mundo, seus sonhos, desejos, valores e necessidades) sejam os pontos basilares para a efetivação de uma educação que concretize um projeto de emancipação dos indivíduos. (PASSOS, 1996, p. 121)

Paro (2010, p. 63) considera importante o comprometimento da instituição escolar em constituir cidadãos autônomos. Este afazer deve ser feito o mais cedo possível, pois

Especialmente as crianças mais novas, das escolas de educação infantil e das primeiras séries do ensino fundamental, ainda têm uma grande dependência das normas estabelecidas pelos adultos e tendem a obedecer inquestionavelmente ao professor ou à professora, levadas quer pela afeição quer pela falta de opção. Se a escola não apela para sua iniciativa e autoria, sua tendência é crescer desenvolvendo condutas de comodismo e passividade que irão influir em sua personalidade adulta.

Este autor também trata a respeito da questão do poder na educação. Os professores ao deterem o poder sobre seus alunos, podem o exercer de duas maneiras, ou de maneira autoritária, coercitiva e manipulatória, na qual os componentes culturais são impostos pelos professores aos alunos contra suas vontades e interesses. Ou de maneira democrática, por meio do diálogo e da persuasão, na qual o professor e alunos conseguem juntos estabelecer relações de convivência que oportunizem a construção de cidadãos críticos e autônomos.

2.4 Indisciplina escolar, avaliação informal dos professores e desempenho escolar

A avaliação atribuída pelos professores aos alunos indisciplinados pode ser muito prejudicial, principalmente quando os docentes a utilizam como uma arma de poder para conduzir as condutas.

A avaliação da aprendizagem, definida como uma das dimensões do papel do professor, transformou-se numa verdadeira “arma”, em um instrumento de controle que tudo pode. Através deste uso exacerbado de poder, o professor mantém o silêncio, a “disciplina” dos alunos; ganha a “atenção” da classe, faz com que os alunos executem as tarefas de casa, não esqueçam os materiais... (SAUL, 2006, p. 48-49)

Este mau uso da avaliação acontece quando existe uma relação autoritária do professor em relação ao aluno nas salas de aula, na qual aquele usa sua posição hierárquica para gerenciar autoritariamente o ambiente escolar, como aponta Domingues (1985 apud SAUL, 2006, p. 49). Desta forma,

“[...] o professor utiliza um sistema externo, seja de recompensa – nota, aprovação no final do ano -, seja de punição – repreensões, castigos.” Utilizando-se desses mecanismos o professor e através dele, a própria instituição escolar acabam definindo de forma discriminatória o destino acadêmico do estudante, contribuindo para agudizar a seletividade do aluno.

Assim, contribui-se para que exista a separação entre os alunos bons, compreendidos como aqueles que se submetem as regras e as vontades do professor, e os alunos maus, entendidos como indisciplinados e inimigos diretos do professor. Feita esta distinção, os docentes, no mais ínfimo sinal de infringimento da ordem estabelecida, já partem para os castigos que na maioria das vezes se dirigem aos “alunos maus”.

Luckesi (2008, p. 40) salienta que o uso da avaliação escolar como mecanismo de disciplinamento das condutas sociais, por meio de ameaças e castigos é uma prática comum no meio escolar. Um teste relâmpago, por exemplo, quando utilizado para ameaçar os alunos, ou até mesmo quando utilizado para castigar os alunos indisciplinados, pode reduzir as possibilidades de aprovação dos mesmos, já que seu uso nem é feito com finalidades de aprendizagem e sim de repressão pelo medo.

De instrumento de diagnóstico para o crescimento, a avaliação passa a ser um instrumento que ameaça e disciplina os alunos pelo medo. De instrumento de libertação, passa a assumir o papel de espada ameaçadora que pode descer a qualquer hora sobre a cabeça daqueles que ferirem possíveis ditames da ordem escolar.

Para se compreender como a indisciplina afeta a avaliação informal dos docentes para com os discentes, convém entender o que é a avaliação informal. Esta se constitui como uma outra modalidade da avaliação, que se difere da avaliação formal, feita por meio de exercícios, provas, atividades escritas, ou seja, por meios formais e elaborados previamente, e que geralmente recebem notas, conceitos ou menções. Villas Boas (2011, p. 36) define a avaliação informal como aquela que “se dá pela interação de estudantes com professores, com os demais educadores que atuam na escola e até mesmo com os próprios estudantes, em todos os momentos e espaços do trabalho escolar.”

A avaliação informal, portanto, nem sempre é prevista, e por isso, muitas vezes, os alunos não sabem que estão sendo avaliados. Cabe ao professor ser ético e utilizar este tipo de avaliação para a promoção das aprendizagens, sob uma perspectiva formativa. Isto é, ao perceber a existência de situações indisciplinadas recorrentes, o professor pode utilizar este diagnóstico para que construa um trabalho pedagógico junto aos alunos de desenvolvimento moral, por meio da criação, apropriação e reconstrução das regras. Se, pelo contrário, o professor entender a avaliação como sendo um julgamento a ser feito aos estudantes, não será difícil que ele avalie segundo uma ótica autoritária, discriminatória e repressiva.

Apesar de não se constituir por meios formais, a avaliação informal que os professores fazem de seus alunos podem influenciar nos registros que os mesmos fazem em seus relatórios e também nos resultados como notas e menções, além de influenciar nas suas decisões. Para Torres (2004, p. 39) a repetência dos estudantes é frequentemente uma decisão tomada pelos professores com base em critérios variados, entre os quais se incluem “‘maturidade escolar’, a assistência às aulas, a disciplina e, inclusive a higiene e a aparência pessoa. Em muitos casos, a repetência opera como um mecanismo aberto ou velado de advertência ou de castigo.”

Assim, mesmo que o aluno tenha condições necessárias para a aprovação escolar, ele ainda pode sofrer mais alta consequência pelo ato indisciplinado, que no caso, é a repetência. A partir disso, ele se enquadra, na visão da autora, dentro de um termo estabelecido no jargão educacional da América Latina, conhecido como “repetente aprovado”.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Para compreender o entendimento que os professores têm a respeito da indisciplina escolar e a sua influência na prática pedagógica, será realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, por não usar dados estatísticos como fatores centrais na análise de um problema e por preocupar-se mais em descrever a realidade estudada por meio da descrição dos dados coletados. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.70) a pesquisa qualitativa

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são focos principais de abordagem.

O campo desta pesquisa será a escola, portanto é natural, que a pesquisa seja descritiva, que de acordo com Gonsalves (2011) tem o objetivo de escrever as características de um objeto de estudo, no caso, de um grupo social.

3.2 Sujeitos e espaço da pesquisa

De acordo com Gonsalves (2011), os sujeitos da pesquisa se referem ao universo populacional que será privilegiado na pesquisa e constituem-se como aqueles que fazem parte do fenômeno do qual se pretende desvelar.

Inicialmente, a pretensão da pesquisa é coletar dados do maior número possível de professores de uma mesma escola e que, no mínimo, se tenha um representante para cada um dos anos iniciais do ensino fundamental. Não há preferência quanto a experiência dos docentes, portanto poderá participar da pesquisa qualquer professor licenciado em Pedagogia.

O processo de escolha do local da pesquisa baseou-se na familiaridade da pesquisadora com o mesmo, pois o lugar já fora escolhido anteriormente para as observações do estágio obrigatório. A escola escolhida para a pesquisa se localiza

em Samambaia, no Distrito Federal e pertence à Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal- SEE/DF.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados como afirma Moroz e Gianfaldoni “é o momento em que se obtêm as informações necessárias e que serão alvo de análise, posteriormente.” (2002, p. 71) O procedimento de coleta de dados ocorrerá por meio de pesquisa de campo e por meio de questionários previamente elaborados. Segundo Gonsalves (2011, p.69), a pesquisa de campo é “o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. [...] é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto.”

O questionário, definido como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI;LAKATOS, 2003, p. 201), foi a ferramenta escolhida por oferecer uma série de vantagens. Com ele é possível abranger um maior número de pessoas ao mesmo tempo, é econômico e torna possível que o pesquisado tenha uma maior liberdade nas suas respostas por conta do anonimato.

Em campo, os questionários serão entregues em mãos aos sujeitos de pesquisa. Cada questionário conterá uma carta de apresentação, contendo a explicação dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos de resposta e do prazo de devolução, seguidos das perguntas em si, que se apresentarão nas categorias: abertas, semi-abertas, fechadas, e de múltipla escolha.

3.4 Descrição da escola

A escola é pública e localiza-se na cidade de Samambaia Norte. Foi inaugurada no de 1990 e atualmente encontra-se em uma estrutura provisória, fruto de intempéries como alagamentos, por exemplo. Por ter uma estrutura antiga, ela não possui acessibilidade adequada para os alunos deficientes. Falta também ventilação dos ambientes e espaços apropriados para a recreação dos estudantes. Mesmo com estes percalços, a escola é referência em ensino e em educação ambiental, com projetos de reciclagem, cuidados com hortas, entre outros.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, criado em 2014, ela

atende uma comunidade, em sua maioria com situação econômica estável, cuja renda familiar é de até 5 salários mínimos. Funciona em dois turnos, matutino e vespertino, recebendo alunos de 1º a 5º ano do ensino fundamental. Por ano, estudam nela em média 700 estudantes. Seu quadro docente é formado por 28 professores regentes.

A instituição possui diversos ambientes, que são básicos para que exista um ensino de qualidade. Entre eles, os que mais se destacam são: catorze salas de aula, uma biblioteca com espaço para leitura, laboratório de informática, oito banheiros, pátio coberto, quadra cimentada e cantina.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 Processo de coleta de dados

A coleta de dados aconteceu em dois dias consecutivos, que foram 17 e 18 de outubro de 2016, mas em turnos distintos. Ao chegar à escola, depois de uma conversa com o diretor da escola, fui orientada a deixar os questionários com uma funcionária para que pudesse recolhê-los no dia seguinte. No primeiro dia, durante o período matutino, foram entregues sete questionários.

No segundo dia, recolhi os questionários do dia anterior, no período vespertino. Infelizmente, retornaram apenas dois questionários totalmente respondidos e um parcialmente respondido. Neste dia, entreguei mais oito questionários, desta vez, em mãos, aos professores no período do recreio, no qual eles teriam um tempo livre para responder as questões. Apesar disso, retornaram apenas cinco questionários.

Não tive muito contato com os professores, porém fui reconhecida por duas professoras que me deram aulas no passado. O diretor da escola não foi muito caloroso, mas pelo menos disponibilizou uma funcionária para auxiliar-me, uma atitude muito bacana, pois esperava uma rejeição que não aconteceu. Felizmente, ao menos 8 dos 28 docentes da instituição responderam a pesquisa, representando uma quantidade razoável.

4.2 Dados coletados e analisados

Nesta seção, serão analisados os dados coletados por meio de questionários entregues aos professores da escola da rede pública escolhida. O questionário, respondido por 8 dos 28 docentes da instituição escolar, possui um cabeçalho que permite fazer um apanhado de informações relacionadas ao tempo de experiência, ao tempo de atuação dos mesmos na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), aos anos escolares em que atuam bem como ao ano e local de formação deles, seguido por 10 questões relacionadas a indisciplina escolar.

O cabeçalho preenchido pelos professores aponta as seguintes informações:

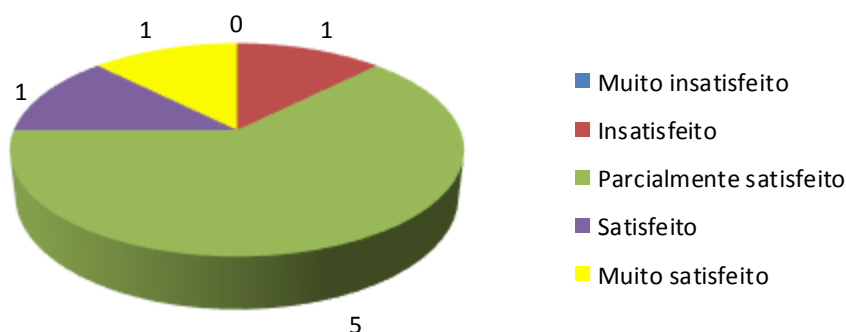
Tabela 1 – Informações gerais dos professores de ensino fundamental I, participantes da pesquisa

PROFESSOR	TEMPO DE EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA SEE/DF	ANO ESCOLAR EM QUE ATUA	ANO DE FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO
1	20 anos	18 anos	1º	1998	-
2	27 anos	26 anos	1º	-	-
3	3 anos	3 anos	2º	-	Facitec
4	19 anos	18 anos	2º	2003	UnB
5	29 anos	26 anos	3º	-	-
6	15 anos	15 anos	4º	2007	Ceub
7	23 anos	19 anos	5º	1996	UCB
8	20 anos	20 anos	5º	1997	UCB

De acordo com a tabela acima, pode-se afirmar que a maioria dos professores consultada possui mais do que quinze anos de experiência em docência e em atuação na SEE/DF, atuam em anos diversificados do ensino fundamental I e se formaram há pelo menos nove anos, em instituições superiores privadas.

Feita a caracterização dos professores, é hora de analisar os dados referentes ao questionário preenchido. Iniciarei a análise dos dados objetivando, inicialmente, compreender o grau de satisfação dos mesmos em relação ao comportamento dos seus alunos, por meio da questão 1 (Qual o seu grau de satisfação quanto ao comportamento dos seus alunos?).

Gráfico 1 – Grau de satisfação dos professores em relação ao comportamento dos seus alunos

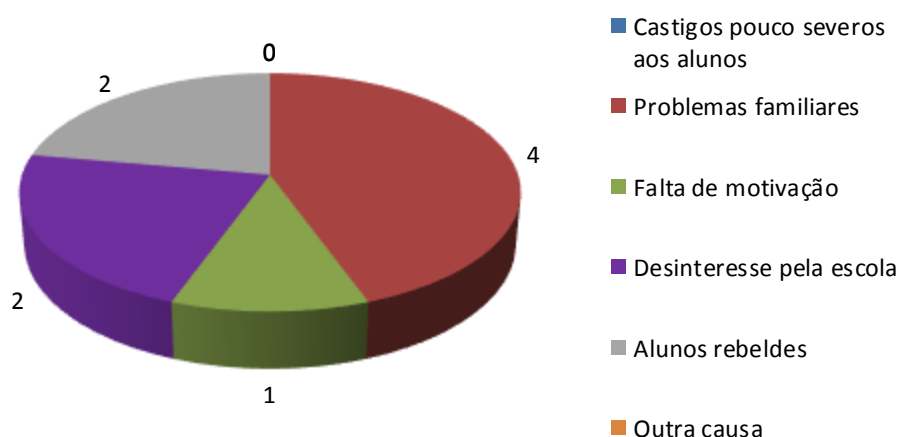


A partir das respostas dadas, constata-se que a maioria dos docentes, isto é, 5 do total de 8 professores, se encontram parcialmente satisfeitos com o

comportamento dos seus alunos. Isto significa que pode existir, em cada turma destes professores, algum caso de indisciplina que influencia no contentamento destes professores com a conduta dos estudantes.

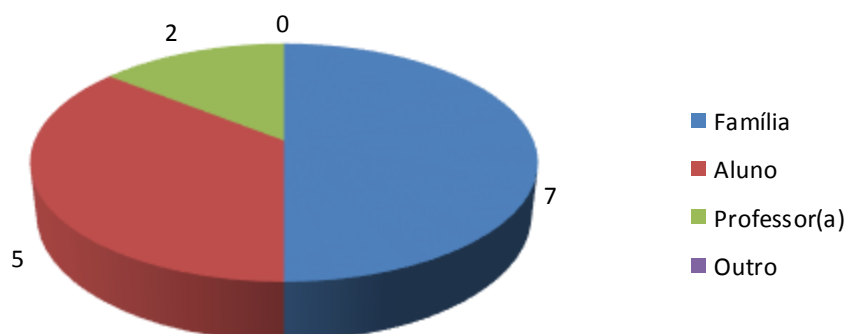
Por terem grande experiência na docência, conforme demonstrado na tabela 1, entende-se que tais docentes possuem conceitos firmados a respeito das causas e agentes promotores de indisciplina. Para verificar tais conceitos, é necessário observar as respostas: a questão 2 (Qual a principal causa de indisciplina na sua turma?) e a questão 3 (Quem pode ser responsabilizado pelo comportamento indisciplinado dos alunos?). Seguem abaixo os gráficos com os dados fornecidos pelas duas questões, sendo o gráfico 2 referente à questão 2:

Gráfico 2 – Principal causa de indisciplina nas turmas de ensino fundamental I da escola



E o gráfico 3, referente à questão 3:

Gráfico 3 – Responsabilidade pelos casos de indisciplina escolar



As respostas dadas pelos docentes na questão 2 demonstram que a maioria deles atribui aos problemas familiares a principal causa da indisciplina em suas turmas. As demais opções escolhidas em maior número foram: alunos rebeldes e desinteresse pela escola. Isto demonstra que estes professores consideram que a indisciplina é causada por fatores que dizem respeito somente as famílias dos alunos e aos próprios alunos, isto é, a fatores alheios ao espaço escolar.

Nesse sentido, a indisciplina sendo entendida como algo que tem sua gênese fundada na família ou em características psicológicas dos alunos, como por exemplo sua motivação, implica em uma simplificação no papel dos professores, como afirma Garcia (2009). Essa simplificação se dá quando o professor passa a intervir sobretudo nas situações problema. Uma representação acerca da indisciplina como esta, portanto, não permite aos professores pensar na indisciplina como um fenômeno que pode possuir várias causas, nas quais se inclui a postura docente, por exemplo, mas que não serão diagnosticadas e prevenidas corretamente por conta desta visão fechada de compreensão.

A questão 3, teve como resposta a família como a principal responsável pelo comportamento indisciplinado dos alunos. A segunda opção mais escolhida foi o aluno. Portanto, a partir desta questão existe uma confirmação do que foi demonstrado pela questão 2, de que a família e o aluno são as causas da indisciplina e são os principais responsáveis por ela, na concepção destes docentes.

Ao justificarem suas respostas dadas na questão 3, posteriormente, os docentes proferiram as seguintes explicações:

“A família precisa estabelecer limites [...] Pais sem compromisso com os filhos.”

“[...] vejo em alguns pais e responsáveis a incapacidade de educar seus filhos [...] incapazes de reconhecer lideranças e respeitá-las.”

“Os alunos não recebem limites em casa e isso se reflete no comportamento dentro de sala.”

“Percebe-se atualmente uma grande permissividade por parte das famílias, os alunos estão bastante sem limites e delegando a escola o papel que é seu.”

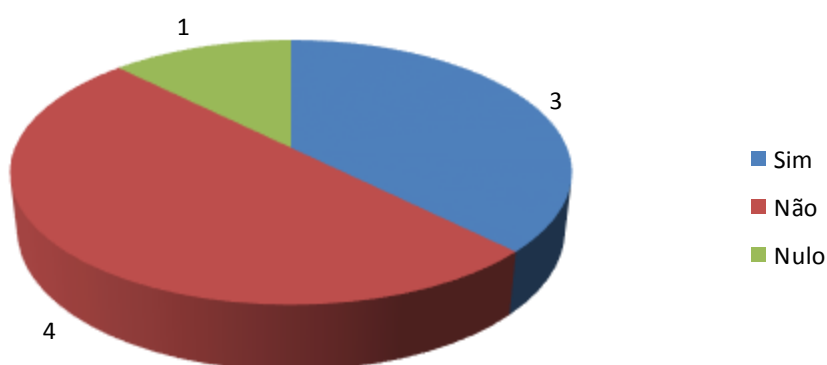
As respostas obtidas vão de encontro com o olhar psicológico de se entender o fenômeno da indisciplina conforme exposto por Aquino (1996). Por esta perspectiva, a indisciplina é um sintoma de relações familiares desagregadoras, nas

quais a família é incapaz de ter um trabalho satisfatório na educação das crianças e que ofereça uma infra-estrutura psicológica moral a elas antes da etapa da escolarização, essencial para que entendam a autoridade externa do professor.

Quando os professores enxergam a indisciplina como algo produzido sobretudo pela família, acabam por entregar-se a uma visão reducionista, já que a indisciplina possui diversas causas e sendo um fenômeno social, deve ser visto em sua totalidade, contemplando-se os aspectos que podem estar articulados e dando origem aos comportamentos indisciplinados, como afirma Boarini (2013).

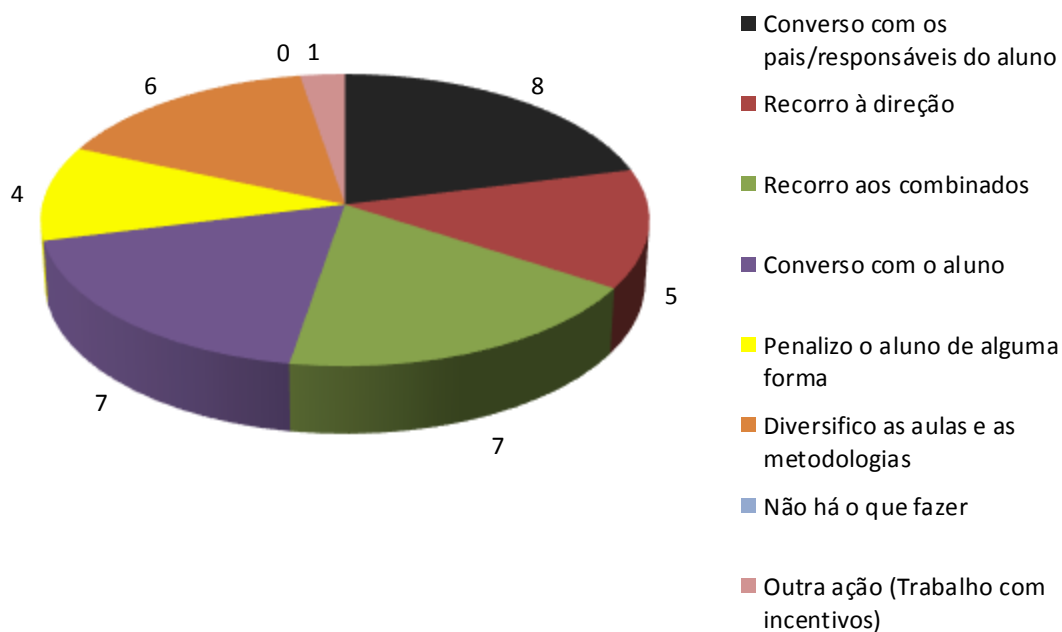
Enfocarei a seguir quais são as práticas que os professores indagados possuem em relação a situações de indisciplina e quais são as práticas dos mesmos para prevenção de tais situações. Para tanto, é necessário observar as respostas obtidas por meio: da questão 4 (Você sente dificuldades em manter a disciplina de seus alunos?), da questão 5 (Marque as ações que mais correspondem com a sua atitude em situações de indisciplina), da questão 9 (Em sua turma, existem regras a serem seguidas pelos alunos?) e da questão 10 (Quem criou as regras? Como foi o processo de elaboração das mesmas?). Seguem abaixo os gráficos com os dados fornecidos pelas questões, sendo o gráfico 4, referente à questão 4:

Gráfico 4 – Dificuldade em manter a disciplina



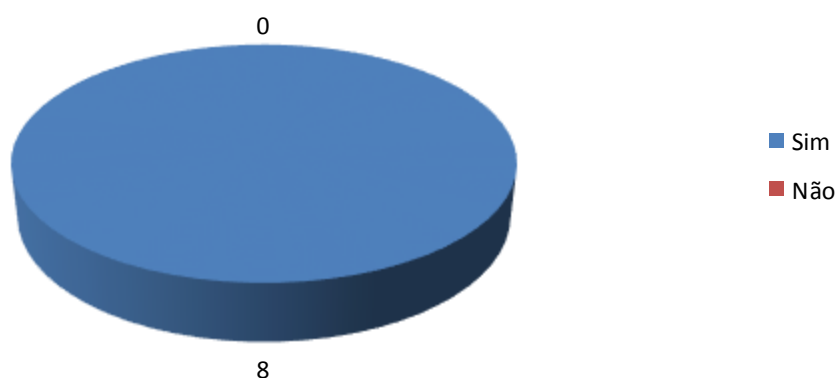
O gráfico 5, referente à questão 5:

Gráfico 5 – Ações em situações de indisciplina



E o gráfico 6, referente à questão 9:

Gráfico 6 – Existem regras em sala de aula para os alunos?



A partir das respostas dos docentes, constata-se que metade, isto é 4 deles, não possuem dificuldades em manter a disciplina dos seus alunos. Isto indica que eles podem estar fazendo uso de eficientes métodos de disciplina em sala de aula, contribuindo para que seja fácil lidar com a indisciplina.

Ao serem indagados sobre quais as ações que correspondem a atitude deles em relação a situações de indisciplina, os professores, em sua maioria, assinalaram a opção “converso com os pais/responsáveis do aluno”. Visto que, grande parte deles considera a família e os problemas familiares como principais causas e responsáveis pela indisciplina escolar, conforme constatado nas respostas das questões 2 e 3, é correto afirmar que suas ações em situações indisciplinadas também se dirigem a família.

Mesmo considerando a família como principal responsável pela indisciplina, os professores não se eximem da sua tarefa contribuir na disciplina e na educação moral dos estudantes. Sendo a escola uma instituição social que recebe diversos indivíduos, ela precisa de normas e regras próprias que regulam a conduta todos que nela convivem. Ao serem interrogados sobre a existência de regras em sala de aula, todos os docentes responderem que em suas turmas existem regras a serem obedecidas pelos alunos.

Já ao serem questionados sobre quem cria e como se dá o processo de elaboração das regras, os professores preferiram as seguintes as seguintes explicações:

Existe uma “construção de combinados dentro de sala de uma sequência didática.”

Pelo “livro Turminha do bem – conversa sobre o livro e sobre a necessidade de ter regras na sala. Montagem com a turma das regras. Após alguns meses, revisão dos combinados da sala e adequação quanto a realidade.”

“Alunos juntamente comigo.”

“Os alunos junto com a professora.”

“O professor juntamente com os alunos.”

“Os alunos, de maneira coletiva (alunos e professora).”

“Os próprios alunos com mediação da professora.”

“Eles que criaram as regras em regime de colaboração para a definição, levando em conta os anseios de cada um.”

De acordo com estas justificativas, é possível afirmar que apesar de compreender a indisciplina como um fenômeno de origem familiar, os professores não se eximem de realizar um trabalho pedagógico, dentro de uma de sequência didática, com os alunos. Felizmente, nesta instituição, verifica-se que há uma inexistência do autoritarismo na prática pedagógica dos docentes, já que estes

criam, em regime de colaboração com os alunos, as regras a serem obedecidas.

Este momento de elaboração coletiva das regras, compreendido como o ato pedagógico, em que há a construção do saber tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores, realiza-se conforme o que Passos (1996, p.118) acredita, como “o momento de emergir das falas, do movimento, da rebeldia, da oposição, da ânsia de descobrir e construir juntos, professores e alunos”.

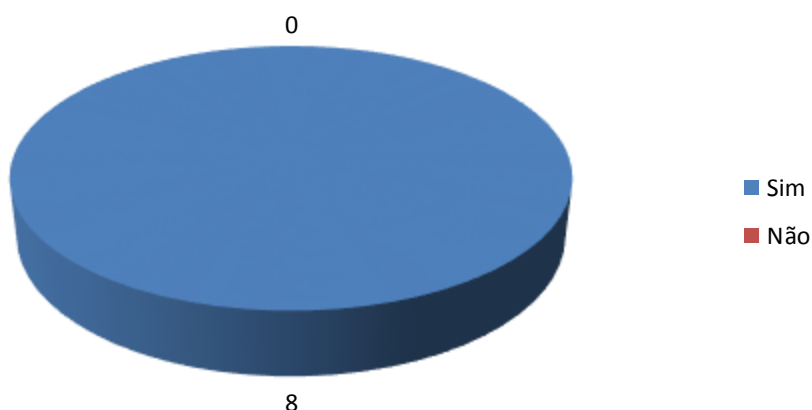
O trabalho realizado por estes professores com os alunos a respeito das regras é essencial para o seu desenvolvimento moral. Isto porque eles se encontram em um faixa etária, entre 6 e 10 anos, que de acordo com Piaget (1932) é heterônoma. A maneira com a qual pais/responsáveis e professores disponibilizam e constrói as regras tem grande impacto na mudança ou não dos alunos para a fase seguinte: a autonomia.

É perfeitamente aceitável que os professores desta escola se encontrem parcialmente satisfeitos com o comportamento dos alunos, conforme é exposto pelo gráfico 1, e que alguns deles encontrem dificuldades em manter a disciplina em sala de aula, já que na fase heterônoma, onde se encontram seus alunos, a criança passa a perceber a existência das regras, vistas por elas como algo imutável, dadas por uma autoridade suprema (pais, familiares, professores, entre outros), mas nem sempre seguem a risca tais regras. (LEPRE, 1999).

Portanto, educar moralmente alunos com esta faixa etária exige um trabalho pensado em suas necessidades e no qual as regras e normas sejam constantemente lembradas e ressignificadas pelo coletivo.

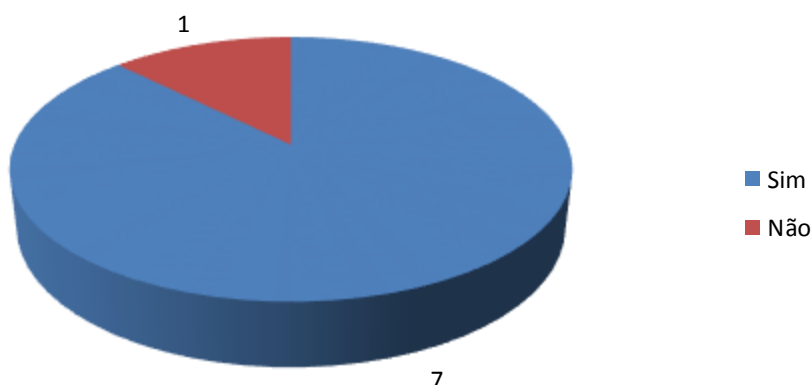
Feita a análise das práticas dos professores em relação a situações de indisciplina, agora o foco será desvendar a opinião dos professores a respeito da influência da indisciplina no desempenho escolar dos alunos. Para tanto, é preciso observar as respostas dos professores as questões 6 (Você acredita que exista alguma relação entre indisciplina e rendimento escolar?) e 7 (Já teve algum aluno indisciplinado cuja rendimento escolar era considerado excelente?). Segue abaixo os gráficos com as respostas fornecidas pelos professores indagados, sendo o gráfico 7, referente à questão 6:

Gráfico 7 – Relação entre indisciplina e rendimento escolar



E o gráfico 8, referente à questão 7:

Gráfico 8 – Alunos indisciplinados com rendimento escolar excelente

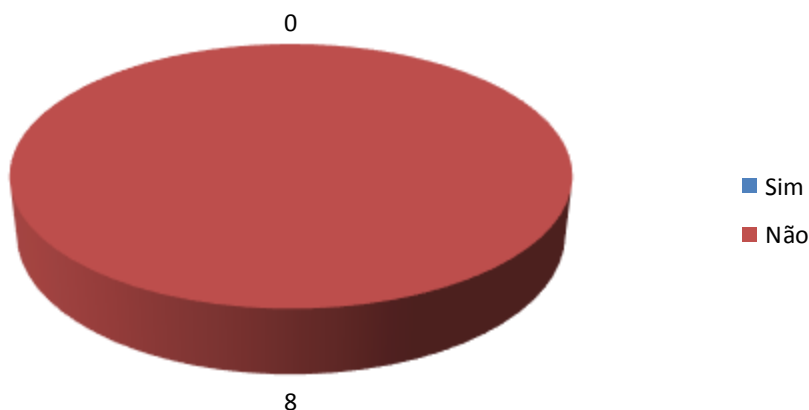


A partir das respostas conclui-se que os professores acreditam que existe alguma relação entre indisciplina e rendimento escolar, mas que essa relação entre os dois nem sempre interfere negativamente no desempenho escolar dos alunos, já que mesmo sendo indisciplinados, alguma vez os alunos destes professores tiveram um bom rendimento seja por meio de notas, de participação nas aulas, entre outros.

Visto que a indisciplina escolar nem sempre influencia negativamente o rendimento escolar dos estudantes, é hora de verificar a influência da indisciplina na avaliação informal dos professores. Para tanto, é preciso observar o que os mesmos responderam a respeito da reprovação, ação presente na prática docente e que pode ser tomada a partir de critérios informais, como por exemplo, da observação diária dos estudantes, das opiniões pessoais dos docentes, entre outros. Segue

abaixo o gráfico 9, referente à questão 8 (Você reprovaria algum aluno por conta de seu comportamento?).

Gráfico 9 – Reprovaria baseando-se no comportamento?



Nenhum dos professores questionados reprovaria seus alunos por questões relacionadas ao comportamento. Isto refuta o que foi explicitado por Torres (2004), ao dizer que a repetência é frequentemente uma decisão tomada pelos professores com base em critérios variados, nos quais se incluem as questões disciplinares.

Sendo a relação entre indisciplina algo que nem sempre influencia negativamente no desempenho escolar dos alunos, na opinião dos professores, conforme demonstram os gráficos 7 e 8, reprovar os alunos apenas por conta de comportamento seria algo extremamente injusto. Por não ser algo previsto, como afirma Villas Boas (2011), a avaliação informal destes professores é ética ao considerar outros aspectos positivos dos estudantes em vez de considerar apenas suas condutas em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa propôs-se a compreender o entendimento de professores de uma escola pública do Distrito Federal a respeito da indisciplina escolar e a sua influência na sua prática pedagógica. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual o principal instrumento de coleta de dados foi um questionário. Este, por sua vez, foi respondido por oito professores de uma escola de ensino fundamental I e foi devidamente respondido.

As respostas dos professores assinalam que os mesmos não estão completamente satisfeitos com o comportamento de seus alunos, além de considerar a família como principal responsável pela indisciplina escolar, sendo esta vista como permissiva e incapaz de educar os alunos moralmente.

Sendo as representações dos professores acerca da indisciplina capazes de influenciar suas práticas em sala de aula e capazes de transformar as suas visões quanto diversos aspectos de sua prática pedagógica, como afirma Garcia (2009), quando os mesmos entendem a indisciplina como algo produzido em contexto familiar, também confirmam em seus discursos que suas práticas pedagógicas estão direcionadas a família quando existem casos de indisciplina dentro do ambiente escolar.

A visão de tais docentes sobre as causas de indisciplina é fragmentada ao considerar apenas um aspecto, alheio ao espaço escolar. A indisciplina escolar, diferentemente do que é mostrado pela pesquisa, pode ser fruto de diversas causas. E, se algum aluno, no momento da aula, sair sem a permissão do professor, por exemplo, e isso for visto como um ato indisciplinado por parte do mesmo seria a família a principal culpada por tal ato? Conversar com pais e professores seria a principal forma de resolver o problema? E se o tal aluno saiu de sala de aula por conta de um mal-estar? Portanto, cada caso de indisciplina deve ser visto em sua especificidade, analisando sua origem e a melhor maneira de saná-lo.

As respostas obtidas com a pesquisa também demonstram que os professores acreditam que há uma relação entre indisciplina e desempenho escolar, mas que nem sempre esta relação é negativa, pois já tiveram alunos indisciplinados cujo rendimento escolar era excelente. Além disso, os mesmos acreditam que reprovar um aluno por conta de comportamento não é uma ação correta.

Felizmente, mesmo delegando a educação moral das crianças à família, os

professores indagados dão sua contribuição ao permitirem a criação de regras de forma coletiva e democrática, em que é permitida a reformulação das mesmas quando necessário. Isto demonstra que o antigo autoritarismo dos professores sofrido por muitos estudantes, que por medo obedeciam a tudo o que lhes era imposto, aparentemente dar lugar a uma nova prática docente em que as opiniões e necessidades dos alunos são atendidas, permitindo-se assim a criação de uma sociedade mais autônoma e participativa.

Espero que o presente trabalho possa contribuir com os futuros estudos sobre a temática da indisciplina escolar ao fornecer elementos que permitem compreender como ela é entendida e tratada atualmente.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Concluir o curso de Pedagogia é uma etapa que irá me oportunizar novos caminhos profissionais. Com esta formação, pretendo atuar na área docente por um longo período de tempo, quem sabe para o resto da vida. Como a vida possui muitas surpresas, pode ser que algum dia eu não possa mais exercer a docência, por ter encontrado novos rumos a seguir.

Pretendo dar aulas em qualquer lugar, seja no escolar ou não-escolar, público ou privado, desde que, através do meu trabalho, consiga ter uma condição de vida digna. Apesar disso, tenho o objetivo de passar no concurso público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, pois um cargo público desta categoria oferece mais prestígio, benefícios e uma remuneração razoável para que, nós, professores, consigamos sobreviver.

Ainda almejo retornar a Universidade de Brasília para fazer uma pós-graduação, mas só depois de conquistar certa experiência e estabilidade financeira, coisa que não possuo no momento. A área de pesquisa que escolherei dependerá das vivências e observações que farei dentro do ambiente escolar como professora.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina na escola atual. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.181-204, jul./dez. 1998.

_____. **A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org). Indisciplina na escola: alternativas práticas e teóricas. 2 ed. São Paulo: Summus, 1996.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano**. In AQUINO, Julio Groppa (Org.) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 2 ed. São Paulo: Summus, 1996.

BOARINI, Maria Lucia. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, vol. 17, n. 1, p. 123-131, jan./jun. 2013.

FERREIRA, Adriano Charles; SANTOS, Edvanderson Ramalho dos; ROSSO, Ademir José. Representação social da indisciplina escolar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, vol. 32, p. 199-208, jan./mar.,2016.

FERREIRA, Aurélio B. H..**Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GARCIA, Joe. Representações dos professores sobre indisciplina escolar. **Educação (Universidade Federal de Santa Maria)**, v. 34, p. 311-324, 2009.

GODOY, Célia et al. A (in) disciplina escolar nas perspectivas de Piaget, Winnicott e Vygotsky. **Revista Psicopedagogia**. São Paulo, v. 23, n. 72, p. 241-247, 2006.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. São Paulo: Alínea, 2011.

HISTEDBR - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" .**O método pedagógico dos jesuítas o "ratiostudiorum"**. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_jesuitico/ratio%20studiorum.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **A criança, “sua” (in) disciplina e a psicanálise**. In: AQUINO, JulioGroppa (Org). Indisciplina na escola: alternativas práticas e teóricas. 2 ed. São Paulo: Summus, 1996.

LEPRE, Rita Melissa. Desenvolvimento moral e indisciplina na escola. **Revista Nuances**, v. 5, p. 64-68,1999.

LOPES, Rosilene Beatriz; GOMES, Candido Alberto. Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura?**Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 261-282, abr./jun. 2012.

LUCKESI, Cipriano C.. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOÇO, A.; GURGEL, T. **Como se resolve a indisciplina?** In: Revista Nova Escola. Indisciplina: como se livrar dessa amarra e ensinar melhor. Revista Nova Escola, edição nº 226, outubro de 2009, p.78-89.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação** – Série Pesquisa em Educação, v. 2. Brasília: Plano Editora, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. Coleção Questões na nossa época. Volume 4. 2 ed. Cortez, 2010.

PASSOS, Laurizete Ferragut. **A indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 2 ed. São Paulo: Summus, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Free Vale, 2013.

REGO, Teresa Cristina R. **A indisciplina e processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org). **Indisciplina na escola: alternativas práticas e teóricas**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1996

SAUL, Ana Maria. **Incursionando pela teoria da avaliação educacional**. In: SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TAILLE, Yves de La. **A indisciplina e o sentimento de vergonha**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org). **Indisciplina na escola: alternativas práticas e teóricas**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1996.

TORRES, Rosa Maria. **Repetência escolar: falha do aluno ou falha do sistema**. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández (Org.) Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VICHESSI, Beatriz. **O que é Indisciplina?** In: Revista Nova Escola. Indisciplina: como se livrar dessa amarra e ensinar melhor. Revista Nova Escola, edição nº 226, outubro de 2009.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Compreendendo a avaliação formativa**. In: Avaliação formativa: práticas inovadoras. Campinas SP: Papirus, 2011.

APÊNDICE**QUESTIONÁRIO:**

Tempo de experiência em docência: _____

Tempo de atuação na SEE/DF: _____

Ano escolar em que atua: _____

Formação em/ instituição de formação/ ano de formação: _____

01. Qual o seu grau de satisfação quanto ao comportamento dos seus alunos?

- () Muito insatisfeito
- () Insatisfeito
- () Parcialmente satisfeito
- () Satisfeito
- () Muito satisfeito

02. Qual é a principal causa de indisciplina na sua turma?

- () Castigos pouco severos aos alunos indisciplinados
- () Problemas familiares
- () Falta de motivação
- () Desinteresse pela escola
- () Alunos rebeldes
- () Outra causa. Qual? _____

03. Quem pode ser responsabilizado pelo comportamento indisciplinado dos alunos? (Marque a(s) opção(ões) que achar conveniente)

- () Família
- () Aluno
- () Professor (a)
- () Outro. Quem ou o quê? _____

Agora justifique sua resposta.

04. Você sente dificuldades em manter a disciplina dos seus alunos?

() Sim () Não

05. Marque as ações que mais correspondem com a sua atitude em situações de indisciplina com X:

() Converso com os pais/responsáveis do aluno

() Recorro à direção da escola

() Recorro aos combinados/ regras estabelecidas

() Converso com o aluno

() Penalizo o aluno de alguma forma (castigos, notas, atividades recreativas, entre outras)

() Diversifico as aulas, a metodologia utilizada ou torno as aulas mais dinâmicas

() Não há o que fazer

() Outra ação. Qual?

06. Você acredita que exista alguma relação entre indisciplina e rendimento escolar?

() Sim () Não

07. Já teve algum aluno indisciplinado cujo rendimento escolar (notas, participação nas aulas, etc.) era considerado excelente? () Sim () Não

08. Você reprovava um aluno por conta de seu comportamento? () Sim () Não

09. Em sua turma, existem regras a serem seguidas pelos alunos? () Sim () Não

10. Agora, diga, resumidamente: Quem as criou (as regras)? Como foi o processo de elaboração das mesmas?
